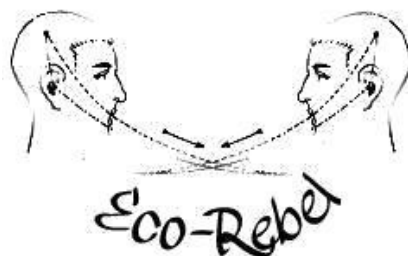


Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, v. 05, n. 02, p. 75-89, 2019.



PERSPECTIVA ECOLÓGICO-DISCURSIVA DE UMA ÉTICA RESPONSÁVEL DA HUMANIDADE PARA COM SEU ECOSISTEMA

Samuel de Sousa Silva (Universidade Federal de Goiás/NELIM)

Abstract: In this article we depart from a scientific-philosophical paradigm according to which research must not be exclusively about objects but about inter-relations (COUTO, 2007); we show that the present ecological crisis is a relational crisis. We propose an ecological ethics, a new set of principles of these inter-relations can be seen among the various parts of the ecosystem that promote some restoration of healthy studies of planet Earth. They are the Derrida's deconstructionist perspective, and the biblical concept of domain according to *Genesis 2* from which the Western concept of propriety originated. "foster" and "take care" are intimately associated to "dominion". The very fact that we are the dominant species oblige us to bring this ethics about. Departing from the founding texts of Western society an ethics of care, we have the practice of "keeping" and "fostering". These must be the regulating principle of all human inter-relations with the ecosystem, including the Earth. This ethics of care must be enjoyed in its entirety due to our technological advances that made of us the species able, and with the means available, to put this exercise in practice.

Key words: Ethics of care. Deconstruction. Responsibility. Foster.

Resumo: Nesse artigo, partimos do novo paradigma filosófico-científico no qual o pesquisador não deve mais se ater a um objeto, mas a uma rede de relações (Couto 2007), e demonstramos que a atual crise ecológica do planeta terra é uma crise relacional. Propomos uma ética ecológica, um novo paradigma de princípios reguladores dessas inter-relações entre os vários integrantes desse ecossistema que promovam efeitos de restauração nos estados saudáveis do planeta terra. Propomos uma perspectiva desconstrucionista de Derrida, do conceito bíblico de domínio em *Genesis 2*, que deu origem ao conceito ocidental de propriedade. O "cultivar" e o "guardar" são ações complementares do "domínio". O próprio fato de sermos essa espécie dominante obriga-nos a promover essa ética do cuidado pelo cultivar e guardar. Propomos, a partir de uma releitura dos textos fundantes da sociedade ocidental, uma ética do cuidado, vivenciada de forma prática por ações de "guardar" e "cultivar", como princípio regulador de todas as relações humanas com os

ECO-REBEL

ecossistemas nos quais a humanidade se insere, sendo o maior deles, o nosso planeta terra. Essa ética do cuidado deve ser vivida em sua totalidade devido a nossos avanços tecnológicos, que colocaram como a espécie capacitada e com os meios disponíveis para exercer esse cuidado.

Palavras-chave: Ética do cuidado. Desconstrução. Responsabilidade. Cultivar

1. Introdução

Segundo as definições iniciais de Couto (2007) sobre a constituição epistemológica da Ecolinguística, essa heurística não se configura simplesmente como uma nova disciplina da Linguística, mas atualiza a própria linguística ao novo espírito científico inaugurado nas ciências pela teoria da relatividade. Perspectiva a partir da qual o olhar para os objetos de análise transformou-se do habitual foco nos elementos particulares de um fenômeno para um olhar mais panorâmico, no qual se busca enxergar o todo e os princípios de harmonização e de constituição desse todo. Conforme afirma Capra, essa “mudança das partes para o todo também pode ser vista como uma mudança de objetos para relações” (*apud* COUTO, 2007, p. 30). Essa mudança de paradigma fica ainda mais explícita nas seguintes palavras de Couto:

“ao falar em mudança de paradigma, está pensando justamente em conexões, em interdependências, em que tudo estaria relacionado por uma rede que por sua vez, estaria relacionado à outra rede maior, até se chegar a uma imensa rede de relações” (Couto 2007, p. 30).

Nesse interim, Silva & Couto (2013) afirmam que essa revolução de paradigma científico levou a novos modos de se fazer ciência, segundo o qual o alvo da pesquisa não pode mais ser um objeto específico, mas sim “uma teia de inter-relações que deve ser mapeada pelo pesquisador” (SILVA; COUTO, 2013, p. 119).

Nessa mesma linha, Antônio Damásio argumenta que a vida desde o seu estágio mais simples nos organismos unicelulares até seus estágios mais complexos nos organismos multicelulares, e da mesma forma no homem como um ser autoconsciente, consiste de interações químicas, biológicas e físicas e na eventual comunicação dos efeitos dessas interações ao próximo estágio dessa propagação da vida (DAMÁSIO, 2015). Segundo esse autor, a própria consciência humana pode ser definida nesses mesmos termos. Segundo ele:

“a consciência consiste em construir um conhecimento sobre dois fatos: um organismo está empenhado em relacionar-se com algum objeto, e o objeto nessa relação causa uma mudança no organismo” (DAMÁSIO, 2015, p.28).

ECO-REBEL

Ou seja, os de vista apresentados acima compartilham de uma mesma matriz semântica, uma mesma tese que sustenta suas postulações: a vida em todas as suas dimensões; biológica, física, química, social e linguística (quando se refere à vida humana), consiste essencialmente de relações recíprocas entre os elementos constituintes de um todo ecossistêmico entre si, e entre o próprio ecossistema como um todo.

Diante disso; ao se verificar a grande crise ecológica enfrentada no nosso ecossistema fundamental que é o planeta terra, crise essa mais do que comprovada pelos principais pesquisadores das ciências ecológicas, podemos dizer que essa crise é antes de tudo uma **crise relacional**. De forma que as inter-relações estabelecidas entre os vários integrantes desse ecossistema, a partir dos modelos atuais, têm gerado efeitos nocivos que contribuem para a própria destruição desse ecossistema.

É nesse sentido que os ecologistas têm refletido e pensado em uma ética ecológica, um novo paradigma de princípios reguladores dessas inter-relações entre os vários integrantes desse ecossistema que promovam efeitos de restauração aos estados saudáveis do planeta terra.

Essa crise relacional que gerou tantos efeitos negativos no nosso ecossistema teve um grande responsável: a humanidade. Desde que a humanidade se tornou a espécie dominante neste planeta, e passou a, digamos, gerir o planeta por meio de sua tecnologia, os recursos disponíveis no planeta deixaram de ser suficientes para o alto consumo gerado pela própria produção tecnológica humana, e posteriormente agravou-se esse quadro pela filosofia de vida adotada por nossa espécie; denominada de consumismo.

No cerne dessa crise relacional entre a humanidade e o seu ecossistema, o planeta terra, está o conceito de propriedade que se tornou dominante na sociedade ocidental, em que o próprio ecossistema passou a estar a serviço do bem-estar da sociedade.

2. O conceito de propriedade ocidental: uma das causas discursivas centrais a crise ecológica.

A ideia de propriedade, conforme as definições da sociedade ocidental é uma construção que nasce na relação do homem com o seu meio natural e o seu meio social, pois a necessidade de definição de um conceito de propriedade surge a partir do momento em que uma dada sociedade começa a regular os recursos naturais entre os seus membros, conferindo o direito de posse sobre alguns recursos a alguns de seus integrantes. Ou seja, esse conceito de propriedade já nasce tendo

ECO-REBEL

como um dos seus pressupostos que esses recursos não são inesgotáveis, e, portanto, deveria se proteger os direitos de posse daqueles que têm contra as investidas dos que não têm.

Esse conceito de propriedade como conhecemos hoje na nossa cultura ocidental, e que é defendido nas nossas leis pelo direito, tem a sua conceituação mais definitiva e sistematizada no filósofo inglês John Locke. Esse conceito, por sua vez, tem a sua fundamentação em uma das matrizes filosóficas basilares da cultura ocidental, a bíblia hebraica, como o principal artefato cultural-religioso do povo judeu.

Na perspectiva ocidental de propriedade, conforme as sistematizações de Locke; tudo sobre o que o homem dedica seu trabalho passa a ser seu, pois o trabalho do homem é uma parte dele, assim como um braço ou uma perna, e a partir do momento em que o homem acrescenta seu trabalho a qualquer coisa da natureza, passa a ter direito sobre ela assim como ele tem direito sobre sua perna ou braço. Podemos observar essa ideia no seguinte trecho do segundo tratado do governo civil:

“(...) ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que exclui o direito comum dos outros homens” (LOCKE, 2001. p. 98).

Como podemos ver nessa citação, esse conceito de propriedade como uma espécie de direito natural do homem, direito esse que é uma extensão do direito do homem sobre o seu próprio corpo que, por meio do seu trabalho, estende esse direito sobre si para um direito sobre tudo que o cerca, Locke busca na bíblia hebraica (que corresponde ao antigo testamento da bíblia dos protestantes, já que a bíblia católica contém alguns livros e trechos, no seu antigo testamento, que não são reconhecidos pelos judeus como pertencentes ao seu texto sagrado) uma fundamentação divina para esse conceito de propriedade:

“Tanto Deus como a própria razão lhes ordenavam dominar a terra, isto é, melhorá-la para benefício da vida e fecundá-la com algo que lhes pertencesse, o próprio trabalho. Aquele que obedecendo esta injunção divina, dominou, lavrou e semeou parte da terra, agregou-lhe com isso algo que era seu, a que ninguém mais tinha direito, nem podia, sem causar dano, tirar dele.” (LOCKE, 2001. parág. 32).

ECO-REBEL

Sendo assim, esse conceito de propriedade em Locke é uma leitura da bíblia hebraica, conforme citação indireta feita pelo autor do livro de *Genesis* capítulos 1 e 2 da Bíblia Hebraica. O conceito de propriedade de Locke não é apenas um conceito filosófico, mas é antes de tudo um conceito teológico, pois o autor empreende um exercício hermenêutico nos capítulos 1 e 2 de *Genesis* como fundamentação desse seu conceito. Como um teólogo tradicional, Locke assume como pressuposto a *Bíblia* como verdade, e fundamenta seu conceito de propriedade totalmente numa leitura da *Bíblia*.

Partindo da constatação de que a atual crise ecológica é consequência de uma cosmovisão sobre a nossa relação com a terra, cujos fundamentos se encontram em uma dada interpretação da bíblia hebraica, de origem judia, seguiremos na esteira de Leonardo Boff, que propõe uma reformulação dessa cosmovisão a partir de suas próprias bases.

Satisfazendo de certa forma o que poderemos denominar de “intento desconstrucionista”, que consiste na abertura de um dado texto ou discurso para a possibilidade do outro, mostrando nas fissuras de uma dada interpretação as interpretações outras cujo processo de produção da leitura dominante colocou sob sombras. Esse método de leitura consiste em demonstrar a polissemia do texto, os seus outros possíveis sentidos negligenciados na primeira leitura. É nesse sentido, que o desconstrucionismo é antes de uma destruição (metáfora de destruição), uma apropriação (metáfora anárquica), que pretende se manter em um espaço intermediário, o entremeio, denominado por Derrida da lógica do “suplemento” (MENEZES, 2013).

Da mesma forma, a ética do cuidado é uma proposição que se apropria da mesma fonte para suplementar a cosmovisão reinante, aquela que constrói a relação da humanidade com a terra a partir da palavra “domínio”, e nosso será suplantado por essa palavra pelos sentidos outros apresentados no texto fonte pelas palavras “guardar” e “cultivar”.

3. O viés da ética do cuidado: uma ética responsável da relação humanidade/planeta terra.

O conceito da “ética do cuidado”, apesar de já ter sua formulação bem definida no interior da teologia da libertação por um de seus mais famosos divulgadores, Leonardo Boff, foi inserido no âmbito da Ecolinguística e da ADE, com as devidas adaptações, pelo pesquisador Gilberto Paulino de Araújo no III EBE, na comunicação intitulada “Saber cuidar (ética do humano, compaixão pela terra): apontamentos sobre ética e moral numa perspectiva ecolinguística”,

ECO-REBEL

apresentada na Universidade Estadual Feira de Santana (Bahia). O intuito era apresentar esse conceito em substituição ao conceito de prescrição levantado anteriormente nos textos da Ecolinguística, por ele apresentar abertura para vinculações a um discurso autoritário.

Com a inserção desse conceito da ética do cuidado aos campos da Ecolinguística, objetiva-se:

“que a junção dos princípios tradicionais da ética com os princípios ecológicos podem possibilitar não somente a reflexão, assim como a adoção de práticas que expressem, de maneira macro, a preservação do planeta; e numa perspectiva micro, o cuidado entre os seres humanos” (BOFF, 1999; 2012). “A compreensão de que esses princípios devem passar pelo crivo da crítica e serem adquiridos pela força do hábito é fundamental para preservação dos ecossistemas” (ARAÚJO 2017, p 41).

A relevância desse conceito de ética do cuidado para os postulados ecolinguísticos e a ADE, se justifica pela questão já mencionada de que a crise ecológica é antes de tudo uma crise relacional entre a humanidade e o seu meio ambiente, sendo tal conceito um princípio do bem viver entre as partes constituintes de um mesmo ecossistema, o que torna indiscutível sua apropriação por qualquer discurso de viés ecológico.

Segundo Boff (1999), a ética do cuidado são “caminhos de cura” apresentados a uma sociedade contemporânea que vem ao longo do tempo se desfazendo de seus laços com a realidade concreta, vivendo cada dia mais realidades virtuais em que a terra deixa de ser algo do campo de visão e da reflexão do homem contemporâneo. Segundo esse autor, a nossa sociedade moderna, denominada por muitos pensadores de sociedade da informação e do conhecimento, está gerando, simultaneamente, cada vez mais incompreensão e separação entre as pessoas. A internet, por sua vez, possibilitou uma vida em conexão com milhares de pessoas em todo e qualquer lugar, sendo essas conexões ao mesmo tempo mediadas pela tecnologia, sem de fato estabelecer qualquer tipo de conexão direta, não havendo toque, cheiros, características de uma relação com o real.

Relações de contatos inerentes à vida no capitalismo, apesar de se definirem relacionalmente pela superficialidade, mesmo assim eram situações de encontros ocasionais, como comprar, pagar as contas, trabalhar, pedir comida, ir ao cinema ou locar um filme, viajar, conhecer outras culturas, visitar pinacotecas ou museus. Todas essas situações de contato com o mundo lá fora passou a ser feito *online*, a virtualidade substituindo muitas das nossas andanças pelo mundo real (BOFF, 1999).

ECO-REBEL

Boff contextualiza assim a necessidade da ética do cuidado nas atuais configurações da vida em sociedade e como essa sociedade se relaciona com a natureza:

“A relação com a realidade concreta, com seus cheiros, cores, frios, calores, pesos, resistências e contradições é mediada pela imagem virtual que é somente imagem. O não pé sente mais o macio da grama verde. A mão não pega mais um punhado de terra escura. O mundo virtual criou um novo habitat para o ser humano, caracterizado pelo encapsulamento sobre si mesmo e pela falta do toque, do tato e do contato humano. Essa anti-realidade afeta a vida humana naquilo que ela possui de mais fundamental: o cuidado e a compaixão. Mitos antigos e pensadores contemporâneos dos mais profundos nos ensinam que a essência humana não se encontra tanto na inteligência, na liberdade ou na criatividade, mas basicamente no cuidado. O cuidado é, na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o ethos fundamental humano. Quer dizer, no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir” (Boff 1999, p. 1).

A nossa compreensão da ética do cuidado e sua relevância para a sociedade contemporânea, que como afirma Boff, tem um poder de restaurar a essência relacional da humanidade, coaduna com a cosmovisão apresentada pelo autor. A nossa reelaboração para adequação ao epistema da Ecolinguística e da ADE consiste em aprofundar essa análise das causas do problema a ser solucionado, demonstrando que a origem desse problema relacional remonta à formação do conceito ocidental de propriedade, fundamentado sobre a leitura bíblica do termo ‘dominar’ no texto do *Gênesis* 1 da bíblia hebraica. O que proporemos, portanto, será a postulação da ética do cuidado a partir de uma desconstrução dessa leitura bíblica por sua leitura suplementar pelos termos ‘cuidado’ e ‘cultivar’ do *Gênesis* 2 da mesma bíblia hebraica.

4. A concepção Ecolinguística da ética do cuidado.

Conforme já afirmado anteriormente, o conceito de propriedade em John Locke é uma leitura que o autor faz da cosmovisão judia via bíblia hebraica. Segundo essa perspectiva, o conceito de território é uma visão desencantada da terra. O seu território não é a “mãe terra” como nas culturas vizinhas do povo hebreu, mas é uma terra criada por Deus para o uso e para ser gerenciada pelo homem como representante na terra desse Deus. E segundo o texto bíblico do *Genesis*, o homem foi criado como uma criatura superior a todo o restante da criação, estabelecido pelo próprio Deus com a missão divina de cuidar e dominar a terra a fim de aperfeiçoá-la. Nesse

ECO-REBEL

sentido, o homem continuaria o trabalho de criação do próprio Deus, dando os retoques finais à obra divina da criação da terra. Essa é a leitura que fazemos do seguinte texto do *Genesis*:

“E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se arrasta sobre a terra. Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra” (*Genesis* 1. 26-28. Edição Revista e atualizada, SBdoB).

Conforme o texto da *Bíblia hebraica*, a humanidade como aquela que foi criada a “imagem e semelhança” de Deus, era a representante de Deus (o criador) diante de toda a natureza (a criação). Ao pecar, desobedecendo a ordem divina de não comer o fruto do conhecimento do bem e do mal, a maldição que o homem deveria receber por ter pecado também recaiu sobre a terra. Ao pecar, como representante de toda a criação diante do criador, é como se toda a terra também tivesse pecado, e, portanto, a terra como pecadora é uma terra amaldiçoada. Sendo assim, na cosmovisão hebraica a terra está debaixo da maldição divina:

“E ao homem disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei dizendo: Não comerás dela; maldita é a terra por tua causa; em fadiga comerás dela todos os dias da tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos; e comerás das ervas do campo. Do suor do teu rosto comerás o teu pão, até que tornes a terra, porque dela foste tomado; porquanto és pó, e ao pó tornarás” (*Gn* 3.17 – 19, Edição revista e atualizada, SBdoB).

Essa perspectiva de leitura da bíblia hebraica sobre a terra, que dá origem ao pensamento dominante da cultura ocidental sobre esse assunto, dá à humanidade, como a única criatura criada à imagem e semelhança de Deus, *imago Dei*, o direito de posse sobre essa terra uma vez que ele é o representante legal do dono dela, o criador. E como criatura que é a imagem do criador ele compartilha das qualidades desse criador, e, portanto, é dever do homem dominar sobre essa terra aperfeiçoando-a, dando continuidade à obra criadora de Deus.

Essa cosmovisão pode ser observada na formação das palavras da língua hebraica, como analisaremos em alguns exemplos: a palavra “Adam”, que significa homem no sentido genérico (ser humano), e também é o nome próprio do primeiro homem (Adão nas traduções em português), é a palavra que dá origem à palavra hebraica para terra, no derivado “Adama”, mediante o

ECO-REBEL

acréscimo da partícula do feminino, a consoante “He”. Portanto, na própria morfologia da língua, terra é subordinada à homem (HARRIS (org). 1998. p. 13-14).

Da mesma forma, a outra palavra para terra na língua hebraica, *Érets*, que aparece na maioria das vezes em contextos relacionados à criação divina, tem o significado sempre de terra de alguém. Geralmente é “Terra do Senhor (Senhor significando Deus, o criador)”, ou “Terra de Abraão”, “Terra de Isaque” etc. (HARRIS (org.). 1998. p. 124 - 125). A questão aqui é que, na cosmovisão hebraica, terra é sempre algo a ser possuído e dominado pelo homem, cosmovisão essa que perpassa a estrutura da língua hebraica e podemos ver por meio de um estudo morfológico e semântico do hebraico.

Essa perspectiva judia, que se consolida como cosmovisão dominante na cultura ocidental, se fundamenta principalmente a partir do conceito de domínio, extraído da interpretação dos seguintes versículos da bíblia hebraica:

“26 Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. 27 Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. 28 E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra” (Gn 1.26 – 28, Edição revista e atualizada, SBdoB).

Na leitura tradicionalmente feita pela teologia cristã desse texto, que se manteve fiel à própria leitura rabínica do judaísmo, é essencial a toda a teologia bíblica da criação da humanidade à imagem de Deus. Essa expressão “imagem de Deus” é utilizada unicamente com referência à humanidade que, assim, separa o homem das demais criaturas. Enquanto as demais criaturas de Deus são criadas “segundo suas espécies” (Gn 1.21, 24, 25), a humanidade é uma obra “à imagem de Deus” (WALTKE, 2003, P. 76).

Nesse sentido, a cosmovisão hebraica produz uma diferença distintiva. Nos textos do antigo Oriente Próximo, somente o rei é a imagem de Deus. Diferentemente, na perspectiva hebraica, isso é democratizado a toda a humanidade. A bíblia hebraica diz que exercer domínio real sobre a terra como representante de Deus é o propósito básico para o qual a humanidade foi criada por Deus. Segundo essa perspectiva, a humanidade foi designada rei sobre a criação, responsável diante de Deus, o Rei último, e age como que por procuração dada por esse Deus, que como tal espera-se

ECO-REBEL

que administre e desenvolva a criação, exercício esse que inclui obra física real (WALTKE, 2003, P. 77).

Essa cosmovisão de que toda a história da cultura ocidental se justifica a partir da leitura de um texto “sagrado” sobre a ótica do ‘dominar’ e do ‘sujeitar’, que inclui pela própria semântica dessas palavras a noção de se utilizar dessa terra apenas para os benefícios da humanidade, é apenas uma possibilidade de leitura da própria bíblia hebraica, não a única. Pois conforme argumentam os textos especializados, o capítulo 1 e o capítulo 2 do livro *Genesis* da bíblia hebraica apresentam duas perspectivas diferentes de um mesmo ato, o ato da criação divina da terra e da humanidade. Essas duas perspectivas distintas no texto “sagrado” não poderiam ser consideradas contraditórias, mas sim complementares. Uma vez que essa é justamente uma das características mais fundamentais aos textos míticos, sua convivência com as oposições e contradições sem encará-las como tais (KIDNER, 2001).

Essa perspectiva do domínio e da sujeição é a apresentada no capítulo 1 do *Gênesis*, onde aparece as palavras “domínio” e “sujeitar” conforme os trechos do capítulo 1, versículos 26 a 28, citados acima. Já no capítulo 2 do mesmo livro, temos o seguinte trecho referente a esse mesmo assunto: “Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2.15, Edição revista e atualizada, SBdoB). Ou seja, como podemos observar na leitura desse trecho, há uma mudança significativa de conceitos, as palavras-chave agora são: “cultivar” e “guardar”, e não mais “dominar” e “sujeitar”.

Fazendo uma leitura suplementar entre os capítulos 1 e 2 do *Gênesis*, podemos entender o seguinte: no capítulo 1 dos versos 26 a 28, lemos que a humanidade deveria dominar sobre a terra, e toda a sua população de animais, aves, peixes etc:

“Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra” (*Genesis* 1. 26-28. Edição Revista e atualizada, SBdoB).

Mas como lemos nesse trecho, esse domínio também está vinculado ao “enchei a terra”, ou seja, se espalhar sobre ela, vinculado no texto ao “frutificai e multiplicai-vos”. É nesse sentido que alguns teólogos vão dizer que o Éden não foi idealizado para ser o *habitat* do ser humano, mas sim um local de encontro entre criatura e Criador, como se pode ler no seguinte trecho do *Genesis*: “Quando ouviram a voz do SENHOR Deus, que andava no jardim pela viração do dia” (*Genesis*

3. 8. Edição Revista e atualizada, SBdoB). Mas o *habitat* do ser humano extrapolava os limites do jardim até os confins da terra.

Na cosmovisão dos povos do antigo Oriente Próximo, desde os tempos primordiais do surgimento das civilizações, o conceito de *jardim* está bastante associado a local de culto e não a local de habitação. Na cosmovisão mesopotâmica dos povos ao redor de Israel, era nos jardins que suas divindades eram retratadas encontrando reis e pessoas de renome. Era nos jardins que as grandes cenas do panteão de suas divindades eram descritas.

A leitura que entende o jardim como o local de habitação do ser humano é aquela que confunde o jardim com o Éden. Na verdade, segundo o texto bíblico: “plantou o SENHOR Deus um jardim no Éden, na direção do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado” (*Genesis* 2. 8. Edição Revista e atualizada, SBdoB), ou seja; o jardim era um local feito “no Éden”, na parte oriental dele, portanto, o Éden era todo o planeta, no qual a humanidade deveria se espalhar. É interessante essa leitura, pois a palavra “éden” significa “lugar de deleite” (KIDNER, 2001), ou seja, éden é um projeto, é como o planeta como um todo deveria ser, um lugar de deleite e, portanto, o jardim, o local que de fato é descrito como um local de deleite, era um modelo, que a humanidade deveria implantar por todo o planeta ao se espalhar sobre ele.

Sendo assim, como já foi visto que o ser humano não foi criado para morar apenas no jardim, mas deveria exercer seu domínio como representante criado à imagem de Deus sobre toda a criação, não é difícil imaginar que os seus hábitos diários incluíam uma peregrinação sem limites por toda a face da terra. Assim, aquilo que vinculou o primeiro casal ao jardim, apesar de terem sido criados para dominar sobre toda a terra, foi a responsabilidade de cultivá-lo e guardá-lo, como podemos ver no seguinte trecho bíblico: “Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar” (*Genesis* 2. 15. Edição Revista e atualizada, SBdoB).

Essas duas expressões pressupõem continuidade com o projeto divino para sua criação. Cultivar abre espaço para desenvolvimento e descoberta de aspectos outrora ocultos ou não explorados, enquanto que guardar reforça a necessidade de manter, perpetuar e preservar estruturas do arquétipo inicial.

Diante disso, fazendo essa leitura suplementar de *Genesis*, capítulo 1, vinculada à leitura complementar do capítulo 2 do mesmo livro, a vida da humanidade no planeta não pode ser entendida apenas na perspectiva do “domínio” da humanidade sobre o planeta como espécie

ECO-REBEL

dominante. Esse “domínio” deve ser gerido pela responsabilidade do “cultivar e guardar”. É essa responsabilidade que denominamos de ética do cuidado.

Sendo, portanto, a ética do cuidado uma vigilância atenta para a preservação do nosso meio ambiente nas suas relações ecossistêmicas micro e macro a fim de que se mantenham as suas características originais, ou naturais, isso seria a ação arquetipal do “guardar” bíblico.

Da mesma forma, a humanidade com os seus ecossistemas micro e macro, a deve possibilitar a esses ecossistemas que eles atinjam todo o seu potencial, sempre. No entanto, que essa evolução do ecossistema propiciada pela interação e envolvimento da humanidade não traga riscos à estrutura original do ecossistema e seus processos de organização do todo. Esse ponto seria justamente o equivalente às ações arquetipais do “cultivar” bíblico.

Portanto, nessa leitura suplementar, proposta aqui na esteira do desconstrucionismo de Derrida, o “cultivar” e o “guardar” são ações complementares do “domínio”, ou seja, a humanidade deve assumir essa sua responsabilidade como espécie dominante no planeta terra justamente para guardá-lo e cultivá-lo. O próprio fato de sermos essa espécie dominante implica a nossa capacidade e responsabilidade de empreender essa ética do cuidado pelos seus exercícios efetivos do cultivar e guardar. Se temos tanto domínio assim sobre esse planeta, domínio esse conseguido pela nossa tecnologia, a ponto de o nosso uso excessivo desse planeta comprometer a sua sobrevivência, também somos a única espécie no planeta com a capacidade de protegê-lo e restaurá-lo do seu estado atual de crise eminente de esgotamento. Isso por si só já torna imprescindível a necessidade de a humanidade assumir a sua função de “cuidadora” desse planeta e das relações ecossistêmicas nos mais variados ecossistemas micro e macro nesse nosso meio ambiente maior que é o planeta terra.

5. Considerações finais

Nesse perspectiva, Leonardo Boff afirma que o cuidado, por ser elemento constitutivo dessa relação do humano com o seu meio, não pode ser relegado às sombras, pois sua imprescindibilidade exige seu retorno latejante como sintoma de uma sociedade doente, que trocou o que lhe era essencial pelo fútil e supérfluo (BOFF, 1999).

Nesse ponto, é interessante o exemplo escolhido pelo autor que demonstra como o cuidado retorna para demonstrar sua falta de forma patética, justamente tornando gritante a tolice de sua exclusão:

ECO-REBEL

Ele se vinga e irrompe sempre em algumas brechas da vida. Se assim não fosse, repetimos, não seria essencial. Onde o cuidado aparece em nossa sociedade? Em algo muito vulgar, quase ridículo, mais extremadamente indicativo: no tamagochi.

O que é o tamagochi? É uma invenção japonesa dos inícios de 1997. Um chaveirinho eletrônico, com três botões abaixo da telinha de cristal, que alberga dentro de si um bichinho de estimação virtual. O bichinho tem fome, come, cresce, brinca, chora, fica doente e pode morrer. Tudo depende do cuidado que recebe ou não de seu dono ou dona. O tamagochi dá muito trabalho. Como uma criança, a todo o momento deve ser cuidado; caso contrário, reclama com seu *bip*; se não for atendido, corre risco. E quem é tão sem coração a ponto de deixar um bichinho de estimação morrer? (BOFF, 1999, p. 2).

Veja como que na relação mais essencial da sociedade de consumo, sendo o consumismo justamente um dos principais excludentes do cuidado das relações do homem com o seu meio, já que no consumismo aprendemos a viver nossas relações pela lógica da mercadoria, criamos uma mercadoria que reproduz virtualmente as relações de cuidado que a humanidade havia deixado de fora das suas relações concretas. O tamagochi, de certa forma, é um sintoma da vida virtualizada da sociedade contemporânea, da sua falta de relações reais, da superficialidade relacional dessa vida virtual.

De certa forma, esse cuidado pelo bichinho de estimação virtual que denuncia a solidão real em que vivem o homem e a mulher dessa sociedade virtualizada da comunicação/incomunicação, serve como um placebo, que alivia de forma fugaz mas leniente essa falta do cuidado nas relações humanas e da humanidade com o seu meio. Mas esse sintoma que é o tamagochi, também demonstra que, apesar da desnaturalização da maioria da nossa cultura, o fundamental da essência humana que é esse cuidado ainda continua presente mesmo que de forma latente. Essa essência ainda está aí em uma forma incipiente de cuidado, alienado a um aparelhinho eletrônico, não encontrando seu destino mais propício, nas relações ecossistêmicas concretas:

“na vovó doente, num colega de escola deficiente físico, num menino ou menina de rua, no velhinho que vende o pão matinal, nos pobres e marginalizados de nossas cidades ou até mesmo num bichinho vivo de estimação qual seja um *hamster*, um papagaio, um gato ou um cachorro. O cuidado serve de crítica à nossa civilização agonizante e também de princípio inspirador de um novo paradigma de convivialidade. Onde não vamos mais precisar de aparelhos eletrônicos com seres virtuais para superar nossa solidão e realizar nossa essência humana de cuidado e de gentileza. Sonhamos com uma sociedade mundializada, na grande casa

ECO-REBEL

comum, a Terra, onde os valores estruturantes se construirão ao redor do cuidado com as pessoas, sobretudo com os diferentes culturalmente, com os penalizados pela natureza ou pela história, cuidado com os espoliados e excluídos, as crianças, os velhos, os moribundos, o cuidado com as plantas, os animais, as paisagens queridas e especialmente o cuidado com a nossa grande e generosa Mãe, a Terra” (BOFF, 1999, p. 3).

Portanto, a conclusão a que chegamos é que essa crise ecológica é antes de tudo uma crise relacional entre a humanidade e os ecossistemas nos quais essa humanidade se inseriu. Crise essa gerada pelo princípio que foi estruturante dessas relações da humanidade com o seu meio, a ótica do “domínio”, na qual a humanidade olhava para seu meio como se fosse dela, para os seus usos e fins, sejam quais fossem eles. Essa crise, então, é agravada a partir do momento em que na história da humanidade a acumulação de capital se torna o fim último por excelência de todas as relações e, então, o uso do meio ambiente também passou a ter esse fim.

Diante disso, o que propomos aqui é que a ética do cuidado, vivenciada de forma prática por ações de “guardar” e “cultivar” deva ser o princípio regulador de todas as relações humanas com os ecossistemas nos quais a humanidade se insere, sendo o maior deles, o nosso planeta terra. Essa ética do cuidado deve ser vivida pela ótica da responsabilidade de ser a humanidade a espécie dominante nesse planeta que, ao assumir a gerência desse ecossistema pelo uso maior que faz dele em sua totalidade devido aos seus avanços tecnológicos, se colocou como a espécie capacitada e com os meios disponíveis para exercer esse cuidado do planeta.

Referencias

ARAÚJO, G P. Saber cuidar (Ética do humano, compaixão pela Terra): Apontamentos sobre ética e moral numa perspectiva ecolinguística. In: Caderno de Resumos do III Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística, Universidade Estadual de Feira de Santana, ISSN: 2447-5289/2017, 2017.

BIBLIA SAGRADA. Edição revista e Atualizada. Tradução: João Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*. Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística*. Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

ECO-REBEL

- DAMÁSIO, António R. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Harris, R. Laird (org). *Dicionário internacional de teologia do AT*. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- KIDNER, D. *Genesis: introdução e comentário*. São Paulo: Editora Vida Nova, 2001.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENEZES, R D B. A desconstrução em jacques derrida: O que é e o que não é pela estratégia. *Universitas Philosophica* 60, año 30, enero-junio, Bogotá, 2013, p 177 – 204.
- SILVA, S. S; COUTO, Elza K N N do. Uma eco-filosofia-linguística: A relação povo, língua, território na formação do conceito de propriedade. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n. 1, 2013.
- WALTKE, Bruce K. *Genesis: Comentário*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

Aceito em 02/10/2019.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 5, N. 2, 2019.